

A construção social da infância: as notícias sobre crianças na primeira infância no Jornal Nacional em 2020¹

Nathália Carvalho ADVÍNCULA²

Heitor Costa Lima da ROCHA³

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE

RESUMO

O presente artigo discute e busca compreender a relação entre primeira infância e telejornalismo, analisando a produção de notícias sobre crianças entre 0 e 6 anos no Jornal Nacional. Questiona-se, aqui, se o jornalismo tem exercido a sua função pedagógica, admitida como fundamento básico, ao criar um universo significativo que estimule o público e as instituições a se organizarem para diminuir os impactos das desigualdades sociais nesse período da vida. Esse debate é gerado a partir da pesquisa de Mestrado em desenvolvimento no PPGCom da Universidade Federal de Pernambuco, que pretende analisar o ano de 2020, considerando o início da pandemia de Covid-19 no Brasil e a celebração dos 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, que ocorreu naquele ano.

PALAVRAS-CHAVE

primeira infância; jornalismo; visibilidade; pandemia; objetividade

Introdução

No século XX, o interesse e as pesquisas sobre o desenvolvimento infantil começaram a se intensificar. Naquele momento, procurava-se saber mais sobre quais seriam os impactos que as experiências vividas na infância tinham na vida adulta. No entanto, a busca pela interpretação das representações infantis no mundo tem sido um objeto de estudo relativamente recente, assim como o objetivo de entender o processo de construção social da infância. No passado, os efeitos das experiências nos primeiros anos de vida estavam restritos às discussões que tinham como base a análise comportamental e de formação da personalidade. Hoje, já é possível saber que os estímulos do ambiente e das interações sociais têm impactos enormes e determinantes na formação do próprio cérebro, por exemplo.

¹ Trabalho apresentado no GP Telejornalismo no 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado de 4 a 8 de setembro de 2023

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, e-mail: nathalia__carvalho@hotmail.com

³ Professor do curso de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPE, e-mail: hclrocha@gmail.com

Por isso a importância da chamada “primeira infância”, que corresponde ao momento da vida que acontece da gestação até os seis anos de idade. É esse o período em que experiências e descobertas são levadas até a fase adulta. Segundo pesquisas divulgadas pelo Ministério da Cidadania, os primeiros mil dias de vida - que englobam a gestação e os dois primeiros anos da criança - são imprescindíveis para a articulação de cada competência do ser humano. Nesse período, as crianças incorporam os sentimentos e as palavras dos ambientes, mesmo que ainda não haja a compreensão total. Além disso, são os anos fundamentais para o desenvolvimento dos sistemas nervoso e imunológico, dois dos mais importantes do corpo humano (PRIMEIROS 1000 DIAS, 2021b, citado em CORSINO; CUNHA, 2021). Portanto, a estimulação nesses primeiros anos da vida contida na janela da primeira infância desempenha um papel fundamental no processo de formação e desenvolvimento cerebral e social, já que quando esses meninos e meninas estão inseridos num contexto e ambiente de brigas constantes, falta de estímulos ou condições de pobreza e desnutrição extrema, por exemplo, existe um prejuízo no desenvolvimento cognitivo e social.

Ou seja, a primeira infância também é um tempo de extremos desafios, que impedem as crianças de desenvolver todo o seu potencial. Esses obstáculos - antigos e novos - permeiam diversas áreas, como a socioeconômica, a educacional, a política e a de saúde. Exemplos disso são os extensivos dados que mostram a baixa cobertura pré-natal e de vacinação infantil, além dos riscos de exposição à violência urbana, da falta de vagas em creches e da escassez de políticas públicas que coloquem as crianças como prioridades.

Esses ataques à proteção da primeira infância foram ainda mais reforçados com a situação de pandemia da Covid-19 no Brasil. Isso porque houve inegavelmente uma grande alteração na dinâmica das famílias, com isolamento social, desemprego, mortalidade, insegurança alimentar, estresse e, em muitos casos, sobrecarga de trabalho doméstico principalmente para as mulheres, que ainda são vistas como as principais cuidadoras das crianças. Essas mudanças afetaram e continuam afetando a vida e o desenvolvimento infantil, tornando as crianças com idades até os 6 anos ainda mais vulneráveis e suscetíveis a situações de violência e desamparo.

E então, quando pensamos no tema de crianças e adolescentes, principalmente de maneira jurídica, vemos que, no Brasil, em 1927, foi instituído o Código de Menores, que baseava-se na doutrina da situação irregular sob a qual os menores de 18 anos, em situação unicamente de abandono ou ato infracional, eram vistos como preocupação apenas do Estado. A infância e adolescência no nosso país só começaram a ganhar novos contornos em 1990, com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente. É a lei 8.069/90 que garante

avanços sobre o direito integral dessa parcela da população e, de maneira inédita, chama toda a sociedade para a responsabilização da proteção e do cuidado com esse público.

“É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral, e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” (ARTIGO 4º DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE).

O ECA, além de estabelecer a proteção integral de um público ainda mais amplo do que o Código de Menores, reconhece a criança e o adolescente como indivíduos e sujeitos de direitos, ampliando para a sociedade a responsabilidade nessa concessão. Isso significa dizer que houve uma mudança não apenas jurídica, mas também de caráter simbólico, que chamou a atenção das organizações sociais para o debate sobre o que está instaurado enquanto política de atendimento e para as situações de omissão ou descumprimento da lei.

E é sob essa nova condição do “sujeito de direito” que a abordagem do tema da infância e adolescência passa por uma reformulação, o que ganha repercussão nas notícias. Pouco a pouco, esse contexto vai sendo incorporado aos textos jornalísticos, o que, conseqüentemente, amplia o debate social. Um exemplo disso foi visto em 2004, no 15º aniversário de criação do Estatuto, ocasião em que a Rede ANDI Brasil colocou como um dos indicadores de qualidade na análise dos periódicos a presença do ECA. O trabalho constatou, à época, que em 1.442 notícias a lei foi citada, o que representava 1,35% do total de textos em que o tema da infância e adolescência estava presente, num contingente de 54 jornais acompanhados naquele período.

“A conclusão da pesquisa mostrou que, de maneira geral, os veículos tinham dificuldade em institucionalizar a presença do Estatuto na maior parte da cobertura sobre a infância e adolescência”(Santos, 2008, p.41). No entanto, apesar de o ECA não estar como fonte explícita nas matérias, as citações sobre as leis foram consideradas como fatores positivos, já que não era comum a presença de leis nos textos jornalísticos. Esses dados são apenas um dos exemplos de como o aspecto legal no texto jornalístico pode ser uma das formas de representações sobre o tema na atualidade.

A trajetória da comunicação face ao tema da infância e adolescência não está dissociada de elementos legais, sociais, políticos e mercadológicos. No entanto, é possível perceber que a utilização dos recursos da mídia e da informação tem apontado para uma reflexão sobre o papel da comunicação na mobilização de interesses pelas causas sociais. Admite-se aqui que esta mobilização está de acordo com a proposição de Bernardo Toro

(2004, p.14), segundo a qual mobilizar é convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob a interpretação de um sentido também compartilhado, aqui representado pela proteção e melhoria das condições da primeira infância. De acordo com essa ideia, também é possível destacar que “público” é, portanto, tido como uma forma de coesão entre indivíduos fisicamente separados, mas que partilham os mesmos interesses (Tarde, 1901 apud Ponte, 2005, p.86). Ainda, a informação jornalística contribui, como destaca Daniel Cornu, “para criar um sentimento de pertença. Incube-lhe por isso assumir o conjunto das interrogações, das esperanças, das preocupações que emanam da coletividade, pô-las à consideração de todos, para que obtenham respostas (1999, p.381). Sobre isso, o amplo movimento de organizações que trabalham em torno desse assunto aponta que não se trata apenas de dar visibilidade pelo acesso da opinião pública a esse tema - que tem sido a função da mídia hoje -, mas principalmente de qualificar esse debate por meio de novas esferas.

Além disso, a notícia sobre a primeira infância é um dos componentes de um jogo entre grupos que disputam no campo da legitimidade. O espaço, o conteúdo e a quantidade (ou seja, onde, como e o quanto se fala) em que o tema aparece parece ser o termômetro que indica as parciais constitutivas dos campos que estão em jogo. Nesse processo, em que os campos ora se alinham ora se opõem, a comunicação assume um papel importante na promoção do debate, ao mesmo tempo em que precisa traduzir e mediar diversos interesses (Santos, 2008). Esse debate ainda nos remete a atenção à natureza simbólica da interação social apontada por George H. Mead, que sublinhou a centralidade da linguagem na organização da vida humana social e nos processos de construção de identidades entre o ser social e o outro coletivo (Ponte, 2008, p. 88) Ou seja, o jornalismo pode - e deve - ser um espaço de construção do que se entende por “infância” também.

Em anos de acompanhamento de mídia, a Rede Andi Brasil concorda que o espaço do tema da primeira infância (e da infância no geral, além da adolescência) está garantido pelos jornais. Entretanto, o que hoje se apresenta como desafio é a qualidade dessa abordagem, pois os avanços não são mais medidos pela simples presença, pelos números e pelas estatísticas que as matérias apresentam, embora estes sejam dados importantes. “É também isso, obviamente, pela necessidade de considerar esta realidade numérica como mais um dado”, já que, como nos alerta Luhmann (2005) citado em Santos (2008, p.61), “‘quantidades não são assim tão inocentes como poderiam parecer’. Trata-se de colocar as luzes sobre a forma e o conteúdo com que estas notícias traduzem e expressam o tema da primeira infância”.

Portanto, o presente artigo tem como objetivo propor uma discussão sobre a relação entre primeira infância e o papel do jornalismo, servindo como base para a posterior pesquisa de Mestrado, que reunirá dados sobre a atuação do Jornal Nacional em 2020, haja vista que esse ano foi marcado pelo início da pandemia de Covid-19 no Brasil e pelos 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

1. A construção social da infância

Durante muito tempo as crianças foram vistas como adultos em miniatura. A vida era relativamente igual em todos os períodos, ou seja, não havia a delimitação clara dos estágios. Assim, eram os padrões adultos que imperavam, e as crianças eram preparadas para reproduzir tais comportamentos. De acordo com Priori (2007), “em meio ao mundo adulto, o universo infantil não tinha espaço: as crianças eram obrigadas a se adaptar ou perecer” (p.48).

Isso não quer dizer que a existência biológica desses indivíduos era negada. Na realidade, o que a consciência social não enxergava era a capacidade autônoma da infância como uma categoria diferenciada do gênero humano. Como diz Levin (1997), citado em Nascimento; Brancher; & Oliveira (2013), passado o estrito período de dependência física da mãe, esses indivíduos eram totalmente incorporados ao mundo dos adultos. É apenas com a institucionalização da escola que o conceito de infância começa a ser alterado lentamente. A partir do desenvolvimento de uma pedagogia para crianças, é possível, então, falar sobre uma construção social da infância (Corsaro, 2003).

No entanto, é a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente que vai trazer, no Brasil, uma nova conceituação sobre a criança e o adolescente, rompendo com a ideia de situação irregular e infração proposta pelo Código de Menores, documento que vigorava até então. A partir disso, organizações e instituições sociais vão incorporar a ideia de crianças como sujeitos com direitos como bandeira de luta e passam a encampar os espaços de influência da opinião pública com o respaldo da nova lei. No país, os estudos sobre crianças e mídia têm crescido, ainda mais no campo televisivo, mas concentram-se em análises centradas na programação para crianças, sobretudo sobre recepção.

Gómez-Mendonza e Alzate-Piedrahíta (2014 citados em Tomaz, 2017, p. 277) afirmam que a infância tem seu início quando “seus narradores” começam a narrá-la. Os autores citam filósofos como Locke, que se referia à criança como “tábua rasa” ou “página em branco”, indicando a necessidade de ela ser preenchida pelos adultos. A partir disso, é imprescindível entender que a produção de narrativas que constroem a ideia de infância

responde a uma articulação de forças, a relações de poder que perpassam as instituições (Foucault, 1979, citado em Tomaz, 2017, p. 277). Ou seja, a compreensão do que é infância reside na produção de “verdades sobre as crianças” em um contexto social, histórico, cultural e político. Daí o interesse desta pesquisa em entender como tem sido construído o discurso sobre a primeira infância no jornalismo brasileiro, mais especificamente no Jornal Nacional.

2. Telejornalismo, enquadramento e visibilidade

Os critérios definidores da qualidade da prática jornalística parecem atuar obedecendo os comandos de duas perspectivas distintas de paradigmas epistemológicos: o primeiro diz respeito ao modelo positivista tradicional, que se fundamenta numa teoria da verdade como correspondência. Ou seja, o conteúdo produzido pelo jornalista nesses moldes pretende apenas espelhar a realidade, pressupondo, assim, que as notícias são como são porque a própria realidade assim as determina (Traquina, 2004.) Isso significa negar que essa mesma noção de realidade já chega ao público “impregnada de linguagem” (Habermas, 2012, p.14) e impedir que o jornalista faça, de forma transparente, juízo de valor, a pretexto da defesa da imparcialidade. “É a linguagem que justamente permite cristalizar e estabilizar a subjetividade. Dotada de uma facticidade externa ao sujeito, é ela que exerce coerção sobre este e força-o a entrar nos seus padrões” (Ponte, 2005, p.98).

O segundo paradigma epistemológico diz respeito ao modelo construtivista que conta com exemplos diversos de versões que existem na sociedade. Isso significa dar protagonismo para o público, reconhecendo sua autoridade ao analisar questões coletivas, já que pressupõe que a definição do significado é construída por um processo de negociação intersubjetiva cujo consenso, de maneira pelo menos provisória, estabelece a noção de realidade e verdade. Ou seja, assim como João Carlos Correia (2011) diz, os jornalistas são apenas uma comunidade interpretativa cuja autoridade provém de fontes discursivas que operam simultaneamente fora e dentro da esfera profissional.

Portanto, esta pesquisa pressupõe que o que existe é um enquadramento do olhar do jornalista, um ser que é atravessado por diversos fatores, como a política editorial do veículo, que definem a notícia enquanto acontecimento da realidade compartilhada intersubjetivamente, e não objetiva. Ou seja, as notícias são, então, um resultado de interação entre fatores de natureza pessoal, social, cultural, ideológica, econômica e política (2011).

Sobre isso, Liriam Sponholz (2009) diz que o jornalismo obedece às mesmas regras dos processos de conhecimento em geral. E, como qualquer outro tipo de processo de

conhecimento, não consegue espelhar a realidade porque este é um processo sempre perspectivo, seletivo e construtivo. Ou seja, sempre que alguém processa, estrutura e compara os diversos estímulos que recebe do mundo exterior com o que já sabe, o faz de um determinado ponto de vista (sendo esta uma parte inevitável do processo de conhecimento). Por isso, diz-se que a realidade midiática é seletiva, já que é uma representação da realidade.

Ramonet (2013, p.99) indica, ainda, a ideia de que a mídia representa o “quinto poder”, dedicado a revelar a quem pertencem as informações divulgadas e a quem elas beneficiam, além de analisar os discursos. Essa dinâmica vai de encontro mais uma vez à objetividade pretendida pelos meios de comunicação, revelando as relações de poder entre os diversos atores sociais presentes nos modos de produção jornalísticos e nos enunciados veiculados. Com isso, estabelecemos a importância da classificação de enquadramentos, pois eles podem servir como uma ferramenta de análise e eventual denúncia sobre o modo como as questões de interesse público são debatidas. Ou seja,

A verdade não é um privilégio reservado à ciência. A verdade está igualmente em jogo nas questões práticas. O problema é que não se trata, no domínio prático, de conhecimento. Trata-se de interesses. E pela sua imersão na sociedade, a atividade jornalística também não escapa aos conflitos de interesses, seja qual for a exterioridade adotada pelo jornalista observador relativamente ao político. Como provar a validade dos interesses? Não se resignando diante da sua aflitiva diversidade - mesmo que seja num espírito liberal e tolerante - mas procurando pôr em discussão, no respeito pelo pluralismo, a universalização dos interesses universalizáveis. Dito de outro modo: procurando destacar pela via de um consenso os interesses que possam ser vantajosos para todos, e não só benéficos para alguns. É aquilo que Habermas chama de ‘a pragmática universal’ (Cornu, 1999, p.396).

Além disso, dessa forma os discursos, quando chegam para o público, mostram seu aspecto sensível, visual e linguístico, mas não pode ser esquecido que neles também se concentram cargas sócio-históricas. Nesse sentido, e considerando o jornalismo um espaço de produção de enunciados, a visibilidade que ele fornece é dada no campo discursivo e funciona como um local onde ocorrem disputas pela produção de verdade.

É nessa busca por visibilidade que temas como primeira infância e desigualdades sociais encontram, nos meios de comunicação, uma chance de serem pautados, o que Thompson (2008) chamou de “visibilidade mediada”.

Conquistar visibilidade pela mídia é conseguir um tipo de presença ou de reconhecimento no âmbito público que pode servir para chamar a atenção para a situação de uma pessoa ou para avançar a causa de alguém. Mas, da mesma forma, a inabilidade em conquistar a visibilidade através da mídia pode condenar uma pessoa à obscuridade (Thompson, 2008, p. 37).

Também é necessária a reflexão de que tão importante quanto falar sobre algum tema, como os impactos das desigualdades sociais na primeira infância, é pensar de que forma essa discussão se dá, ou seja, a maneira como se fala sobre ele. A partir disso, então, o jornalismo televisivo se constitui, como mostra Vizeu (2009), como um espaço de conhecimento crítico que tem como preocupação interpretar a realidade social, e não somente transmitir informações.

Caberia aos jornalistas, dessa forma, “organizar o mundo” (Vizeu, 2009, p. 4), para o tornar mais compreensível. Isso destaca a função pedagógica do jornalismo, já que ele se mostra como um lugar de mediação e orientação. Além disso, ainda seguindo essa linha de pensamento, a notícia não só define, mas também cria e recria significados sociais. Por conta disso, é possível crer que a função pedagógica envolvida nos processos jornalísticos é trabalhada diariamente pelos profissionais nas redações através de uma operação que Vizeu (2005) chamou de “didática”. Por sua vez, o caráter didático do jornalismo é resultado de um conjunto de elementos culturais, das práticas sociais, da cultura profissional, dos constrangimentos organizacionais e do campo da linguagem que os jornalistas mobilizam para produzirem os conteúdos das notícias.

Para Vilches (1989), o telejornal constrói uma relação pedagógica ao ensinar os espectadores como se portar diante do próprio texto televisivo, operando, assim, de uma forma didática ao mediar os diversos campos de conhecimento e o público. Aplicando essas reflexões às notícias sobre os impactos das desigualdades sociais na primeira infância, os jornalistas vão, idealmente, ter a preocupação de explicar o que acontece, o que precisa ser feito para evitar tais efeitos e remediar a realidade já posta, como denunciar casos de violência, por exemplo, ou seja, mobilizar, de alguma forma, a audiência para a elaboração de pressões que cobrem um apoio maior a esse público. Assim, o poder da imprensa ganha vida a partir da possibilidade e na capacidade de mobilizar a comunidade, formando-se como uma ferramenta de poder político nas democracias.

Além disso, seguindo a definição adotada pela Rede ANDI Brasil, é possível entender a ideia de jornalismo socialmente responsável como a prática jornalística voltada para a construção de relatos sobre a realidade que promovam a inclusão por meio da promoção de direitos. A Rede diz que os pontos fundamentais para isso são o foco no desenvolvimento humano e a abordagem contextualizada nos relatos jornalísticos. Assim, não há espaço para o simples relato dos fatos; pelo contrário: deve-se buscar suas causas, contextualizá-los e apontar soluções.

3. A primeira infância no Jornal Nacional

Segundo Ladeira, Porcello e Vizeu (2006, citados em Coutinho; Musse, 2010, p.2), os telejornais são os principais meios de informação da significativa maioria da população brasileira e, ao longo dos anos, se converteram em praça pública, assumindo o papel de esfera pública. “Talvez exatamente por ter uma estrutura narrativa semelhante ao drama, em termos aristotélicos, o telejornalismo, e sua dramaturgia, tenham ocupado um papel central como fonte de informação e de identificação na sociedade contemporânea” (2010, p.6).

No caso da TV Globo, canal de maior audiência no País desde a década de 1970, o *Jornal Nacional* é apontado pela emissora como principal programa (Memória Globo, 2004; Bial, 2004; Barbosa; Ribeiro, 2005), citados em (Alves; Becker, 2015). As novelas reservadas ao horário das 21 horas possuem a maior audiência do canal, porém é o JN que tem o intervalo comercial mais caro da televisão brasileira, Além disso, o Media Workstation mostrou que, entre os dias 9 e 15 de agosto de 2019, por exemplo, o JN tinha 32 pontos de audiência, a maior em relação aos outros telejornais.

No entanto, é impossível ignorar a realidade alarmante que vem se mostrando nos últimos anos: o jornalismo tem sofrido uma queda de credibilidade em democracias do mundo inteiro, com conflitos entre veículos e autoridades políticas principalmente. No cenário brasileiro de crises políticas e larga disseminação de notícias falsas nas redes sociais, o Jornal Nacional sente o impacto e vê sua imagem canônica ameaçada.

Se antes os telejornais eram praticamente as únicas fontes confiáveis de informação, o surgimento de novas formas de produzir e compartilhar informações pela internet trouxe à tona questões que, em certa medida, se contrapõem: de um lado temos a democratização da produção e do outro a credibilidade da informação. Se há mais vozes partindo do próprio público e buscando legitimidade, há também um nível maior de desconfiança. Esse cenário foi, inclusive, incentivado por Jair Bolsonaro, eleito Presidente da República em 2018. À época, o político fez críticas à Rede Globo e chegou a ameaçar a concessão de radiodifusão de sons e imagens da emissora. Essa conjuntura produz, sem dúvidas, efeitos sobre o discurso difundido pelo Jornal Nacional, que precisa se reinventar e reiterar a sua importância no processo de produção e propagação de informações.

Como a pesquisa que será produzida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM) da UFPE escolheu o estudo de um grupo social social habitualmente silenciado, mas de grande importância e influência simbólica - as crianças na primeira infância -, e o faz como meio de observar os processos de construção da notícia, tem

como problematização aqui proposta a seguinte pergunta: o que faz a infância ser pauta de uma notícia no Jornal Nacional?

Segundo Thompson (1995, p.285), a mídia é uma instituição de caráter cultural; então, para a maioria das pessoas, “o conhecimento que se tem sobre os fatos que acontecem, além do meio social imediato, é, em grande parte, da recepção das formas simbólicas mediadas pela mídia”. Além disso, ela é vista como a promotora de uma vitalidade capaz de transformar, intermediar e se relacionar com o seu entorno, o que produz, dessa forma, resultados cujo impacto pode alterar a sociedade. A isso se junta a ideia de enxergá-la como agregadora de opiniões, pela capacidade de compartilhar significados simbólicos.

A realidade, ou seja, a noticiabilidade apontada pelos jornais também está inserida em um universo de intervenções de diversos atores. Por isso, com o objetivo de ampliar variáveis capazes de problematizar e chamar a público aspectos pertinentes não somente à visibilidade do tema da primeira infância, mas, sobretudo, à qualidade desse tratamento dos fatos (respeitando direitos e a partir da responsabilização social), instituições como o jornalismo ampliam seu campo de atuação para alargar o poder de convocatória e mobilização.

Isto posto, os fatores que emergem sobre o tema da primeira infância nos desperta a atenção para um estudo sobre como a mídia, através de suas representações, dispõe esse assunto socialmente. Para isso, questiona-se se o jornalismo tem somente informado sobre questões que envolvam a primeira infância, em vez de encorajar e estimular a promoção do cuidado e da garantia de direitos, por meio de informações e análises que contribuam para o engajamento social na busca por ações mais efetivas de desenvolvimento social.

Questiona-se aqui se o jornalismo como lugar de referência e segurança (Vizeu, 2009) tem exercido sua função pedagógica, admitida neste projeto como um fundamento básico de sua prática. Essa problematização pretende encontrar pistas que levem à compreensão do universo onde a criança é o foco. Temos, de um lado, a informação produzida pelos jornalistas e, do outro, a promoção da pauta e suas fontes como elementos importantes na discussão sobre representatividade de um tema na mídia. Ou seja, o que se mostra na discussão é a relação que se estabelece entre diferentes campos de atuação que têm a comunicação como elemento comum para um tema valioso, tanto do ponto de vista legal quanto social, como é o caso da primeira infância. Por isso, é imprescindível entender também os aspectos históricos, políticos e culturais que influenciam a dinâmica social do tema.

Considerando que a mensagem é influenciada pela forma como os assuntos são compreendidos e, posteriormente, enquadrados, McCombs (2004, citado em Santos, 2008, p.21) nos alerta sobre a perspectiva da agenda de atributos. Ou seja: a imagem que as pessoas

terão sobre determinado assunto está relacionada ao conteúdo, à forma e aos valores veiculados pela mídia. Portanto, se a mídia é o elo que estabelece a relação com o cotidiano, a partir do tratamento dos fatos e acontecimentos sociais, o jornalismo estabelece convenções de rotinas, pautadas pela sua agenda diária factual, as decisões editoriais, a dimensão econômica da própria empresa e do impacto e interesse público. Entende-se aqui que esse cenário é marcado por acontecimentos locais, nacionais e mundiais que de alguma maneira se entrecruzam e influenciam práticas de discurso e atuação no campo noticioso; e isso também é constitutivo de uma realidade social.

Segundo Santos (2008, p.35), os princípios de universalidade e instantaneidade marcam a atividade jornalística. Isso estabelece um diálogo constante entre o tempo e o espaço nos quais estão submetidos o fluxo das informações dos jornais diariamente. Então, ainda de acordo com a autora, o processo jornalístico está diretamente ligado aos aspectos inerentes à estrutura sócio-cultural onde se realiza. Por isso, considera-se que pode haver “variações de acordo com a disponibilidade de canais de difusão coletiva, natureza do ambiente político e econômico que rege a vida da coletividade” (Melo, 2003, citado por Santos, 2008, p.35). Também a estrutura temporal pode influenciar a agenda diária: “a estrutura temporal do cotidiano não somente impõe sequências predeterminantes à agenda de um único dia, (...) mas na totalidade” (BERGER e LUCKMANN, 1995, p.46).

A partir disso, considera-se como hipótese desta pesquisa que o Jornal Nacional priorizou notícias e reportagens que trataram sobre a crise sanitária provocada pela Covid-19 no mundo, explorando muito mais aspectos científicos, políticos e econômicos, em detrimento do enquadramento da infância nesse tema. Ou seja, a principal hipótese aqui descrita considera que o Jornal Nacional não fez uma cobertura suficientemente adequada - em termos de quantidade e qualidade, segundo teorias do jornalismo - da primeira infância e não considerou os impactos da Covid-19 nesse grupo social.

Além disso, entende-se que o JN está inserido numa empresa bilionária como a Rede Globo, que, obviamente, busca a sua sobrevivência econômica no mercado, mas é necessário ir além de “momentos de crise” ou de sazonalidade, como a abertura do ano escola, datas comemorativas, campanhas vacinais e, no caso específico da emissora, nos meses de campanha do Projeto Criança Esperança, por exemplo. Com isso, acredita-se aqui que as matérias produzidas pelo Jornal Nacional em 2020 sobre crianças seguiram os critérios de datas e interesses comerciais para serem produzidas.

Por fim, o Grupo Globo disponibiliza em seu site os atributos que a emissora acredita que dão qualidade às informações. Neles, é possível notar que um fundamento do jornalismo

Global é o de sempre buscar especialistas com conhecimentos técnicos sobre os temas. Portanto, acredita-se que, com esta pesquisa, será possível observar o amplo uso do aparato legal - o Estatuto da Criança e do Adolescente -, além da fala de profissionais diretamente ligados à proteção das crianças para contextualizar e abranger os aspectos do tema da primeira infância.

Considerações finais

Durante muitos séculos, as crianças eram vistas como adultos em miniatura, homúnculos que se diferenciavam apenas pelo tamanho, por exemplo. Elas eram criadas dentro de padrões adultos e preparadas para se portarem como tais, compartilhando, muitas vezes, as mesmas atividades. Com isso, as crianças eram tidas como espelhos daqueles com quem conviviam.

Foram as escolas do século XVII que contribuíram significativamente para a separação e construção da infância, mas foi com o passar do tempo que outras segmentações foram se tornando necessárias para as crianças: como a publicação de livros para o público infantil, novos brinquedos e, até mesmo, roupas menos adultas. Essas mudanças foram consequências de transformações na estrutura social, econômica e política, já que a família precisava entender a necessidade de mudar o tratamento dado às crianças. Da mesma forma ocorreu nos aparatos legais de proteção à infância.

Esse tema só começa a ganhar novos contornos com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente apenas em 1990. Essa lei aponta, finalmente, avanços na concepção que dispõe sobre o direito integral desta parcela da população e chama toda a sociedade para a responsabilização com este público. É neste momento em que há uma divisão de águas quando se fala em garantia de direitos das crianças e adolescentes. Por isso, a utilização dos recursos de mídia aponta para uma reflexão sobre o papel da comunicação na mobilização de interesses pelas causas sociais.

Então, estabelece-se o novo desafio de colocar o tema da proteção à infância ao alcance da opinião pública: o Estado tem o dever de garantir os direitos sociais dessa população, mas também a sociedade tem sua parcela de contribuição para o que está instaurado como políticas para o público infantil.

A partir disso, os estudos dos *media* noticiosos têm estado estreitamente ligados a questões políticas nacionais, construindo um metadiscurso sobre a definição diária da realidade política (Schudson, 2000, citado em Ponte, 2002, p.61). Esta delimitação, que

envolve principalmente decisores governamentais e de outras esferas de poder, secundariza *o que* constitui a notícia e subestima *porque* uma notícia é constituída.

No Brasil, por exemplo, os estudos sobre a relação entre crianças e mídia têm se afirmado mais expressivamente nos últimos anos e é a televisão o campo mais trabalho. No entanto, essas produções centram-se, na maioria das vezes, na programação para crianças, em pesquisas sobre recepção. Como outros campos que cruzam o público e o privado, a infância também está pouco presente nos estudos jornalísticos.

Além disso, a abordagem factual dos acontecimentos situa o leitor ou telespectador de forma imediata. Embora saiba-se que este seja o cerne da ação jornalística, também é possível deduzir questões implícitas que, por vezes, não são levadas em consideração. E é no esteio dessa premissa que se localiza o tema da infância, que está condicionado aos aspectos de rotinas jornalísticas. Por isso, existe o constante desafio de ultrapassar a fronteira do imediato, na busca por uma posição mais crítica frente ao que é dito nas páginas e nos programas jornalísticos, uma vez que o imediato não é o lugar onde a reflexão geralmente acontece.

Por isso, eleger o jornalismo como interesse e campo de estudo é entender como o tema da primeira infância é incorporado nas estruturas de pensamento da comunidade de jornalistas, adquirindo um lugar de destaque. Daí a relevância de situar o jornalismo na própria sociedade, onde diferentes elementos emergem e dinamizam os papéis e as funções de grupos representativos. Isso também nos coloca frente a frente com uma verdadeira ressignificação do papel da comunicação: pensamos, a partir disso, na forma de atuar dinamicamente para acompanhar as alterações constitutivas de campos sociais que são marcados por novos atores que percebem na mídia o seu potencial convocatório.

Assim, chama-se a atenção para temas que emergem da política e cultura dessa sociedade, como é o caso da primeira infância. Ou seja, estudar o papel que o jornalismo tem de convocar a sociedade e as instituições para agir de modo a assegurar os direitos sociais das crianças é também importante para entender o compartilhamento de significados comuns que consequentemente possibilita mediar interesses e influenciar a concepção de sociedade a partir da operação de vários atores. A mídia é, então, um elo que mobiliza e dá ênfase a esse assunto.

Referências

ALVES, K.; BECKER, V. **Análise da queda da audiência do Jornal Nacional e os impactos no telejornalismo**, 2015.

BRASÍLIA: Senado Federal, 2000. BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

BERGER, Peter L; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. FERNANDES, Floriano. (trad.) Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

CORNU, Daniel. **Jornalismo e Verdade**: Para uma Ética da Informação. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

CORSARO, W. **We're friends, right?:** inside kid's cultures. Washington, DC: Joseph Henry, 2003.

CORSINO, Patrícia; CUNHA, Antônio José Ledo Alves da. **As crianças e seus mil dias**: articulações entre saúde e educação. Revista Científica da Infância, Adolescência e Juventude. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

CORREIA, João Carlos. **O admirável mundo das notícias**: teorias e métodos. Covilhã. Portugal. UBI, LabCom, 2011.

COUTINHO, I., & MUSSE, C. **Telejornalismo, narrativa e identidade**: a construção dos desejos do Brasil no Jornal Nacional. Revista Alterjor, 1(1), 1-16, 2012.

HABERMAS, Jurgen. **Teoria do agir comunicativo**: sobre a crítica da razão funcionalista. Volume 2, São Paulo, Martins Fontes, 2012.

MELO, José Marques de. **Jornalismo opinativo**: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

NASCIMENTO, C.T. do, Brancher, V.R., & Oliveira, V. F. de. (2013). **A construção social do conceito de infância**: algumas interlocuções históricas e sociológicas. Revista Contexto & Educação , 23(79), 47-63.

PARK, Robert. **A notícia como forma de conhecimento**: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (Orgs.). A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa. Porto Alegre: Sulina, 2008.

- PONTE, Cristina. **Para entender as notícias:** Linhas de Análise do Discurso Jornalístico. Florianópolis: Insular, 2005.
- PONTE, Cristina. **Cobertura jornalística da infância:** definindo a “criança internacional”. Instituto Universitário de Lisboa, 2002.
- SANTOS, Cristiane Félix. **O agendamento do jornalismo:** um estudo de caso sobre a infância e adolescência em Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco. Pernambuco, 2008.
- SPONHOLZ, Liriam. **Jornalismo, conhecimento e objetividade:** além do espelho e das construções/Liriam Sponholz. Série Jornalismo a Rigor. V. 4. Florianópolis: Insular, 2009.
- TORO, A. José Bernardo. **Mobilização social:** um modo de construir a democracia e a participação. Belo Horizonte: Autêntica. 2004.
- THOMPSON, B. John. **A nova visibilidade.** Matrizes, 2008.
- TRAQUINA, N. **A tribo jornalística.** Lisboa: Editorial Notícias, 2004.
- VILCHES, Lorenzo. **Manipulación de la información televisiva.** Barcelona: Paidós, 1989.
- VIZEU, Alfredo. **O telejornalismo como lugar de referência e a função pedagógica.** Revista Famecos, 2009.
- VIZEU, Alfredo. **O lado oculto do telejornalismo.** Florianópolis: Editora Calandra, 2005.